VACCARI, SÓ FALTAVA MAIS ESTA...

A prisão do tesoureiro do PT atiça a oposição e recoloca o governo e o partido na defensiva

por FABIO SERAPIÃO

A BAIXA ADESÃO AOS PROTESTOS do domingo 12 trouxe um alívio momentâneo ao Palácio do Planalto. A calmaria não durou nem dois dias. Na terça feira 14, a *Folha de S.Paulo* trouxe as primeiras nuvens carregadas ao publicar entrevista com o ex-funcionário da holandesa SBM Offshore, David Taylor, na qual ele sugere ter havido demora na investigação do caso de pagamento de propina na Petrobras para não atrapalhar a campanha da presidenta. A tempestade chegou nas primeiras horas do dia seguinte, quando os meios de comunicação noticiaram a prisão do secretário de finanças do PT e tesoureiro da primeira eleição de Dilma, João Vaccari Neto, e o relatório do TCU sobre a existência de crime de responsabilidade nas chamadas "pedaladas fiscais".

Giselda de Lima, esposa do tesoureiro, recebeu 400 mil reais de empresa ligada a Youssef

Tão logo os meios de comunicação deram início à replicação das notícias, a oposição ao governo federal mudou a estratégia, voltou a defender um pedido de *impeachment* e até mesmo o cancelamento do registro do PT. No mesmo dia da prisão de Vaccari, o bloco oposicionista recebeu alguns dos grupos que organizaram as manifestações. Os movimentos, liderados pelo Vem pra Rua, levaram um "Carta do Povo Brasileiro" aos parlamentares, na qual pedem o *impeachment* de Dilma, um choque de transparência da administração pública e o fim da "doutrinação ideológica" nas escolas. Criticados pela suposta acomodação, o senador Ronaldo Caiado, do DEM, foi

RODOLFO BUHRER/REUTERS/LATINSTOCK

CCReportagemCapa846ok.indd 18 16/04/15 22:10

Não faltam acusações para incriminar o tesoureiro

aplaudido ao apoiar abertamente o *impeachment*, enquanto o tucano Aécio Neves titubeou até responder que apoiava as reivindicações do movimento.

São cinco partidos – PSDB, PPS, PV, DEM e Solidariedade – decididos a agir conjuntamente e que, agora, buscam um caminho jurídico capaz de encontrar um crime de responsabilidade necessário para retirar Dilma da Presidência. "Estamos, sim, encomendando estudos jurídicos junto a alguns dos mais renomados juristas brasileiros para compreender se, dentre tantas denúncias, houve crime de responsabilidade cometido pela presidenta da República que possa embasar um processo de abertura de investigação e, portanto, de *impeachment*", afirmou Aécio Neves.

Nesse sentido, a pesquisa Datafolha realizada na sexta-feira 10 e divulgada na véspera das manifestações revela o motivo da euforia da oposição. Embora não tenham ido para as ruas no domingo, 63% dos brasileiros, apontou o instituto, admitem haver a necessidade da abertura de um processo de *impeachment* contra Dilma. No embalo desses números e pela insistência de o PT emprestar nomes de seus quadros para as manchetes das páginas policiais, os ataques da oposição tendem a aumentar e o tom deve ser cada vez mais próximo do exibido por Caiado e companhia.

A cunhada de Vaccari, Marice de Lima, está foragida

O "democrata" segue uma linha diferente dos demais. Defensor eufórico do *impeachment*, Caiado afirmou em nota que o PT "não tem credenciais de partido político, e sim de lavanderia", e disse que pedirá a revogação de seu registro partidário por ter recebido dinheiro de uma empresa estrangeira, o que seria vetado pela lei. Seu correligionário do Rio Grande Norte Agripino Maia aparenta esquecer o

CCReportagemCapa846ok.indd 19 16/04/15 22:10

fato de ser investigado por corrupção pelo STF e defende a saída de Dilma desde que fatos agrupados caracterizem crime de responsabilidade.

É nesse cenário que a prisão de Vaccari, a entrevista do ex-funcionário da holandesa SBM Offshore e o relatório do TCU sobre as "pedaladas fiscais" desencadeiam as intempéries que se abatem sobre o Planalto. À procura de provas destinadas a caracterizar crime de responsabilidade, os tucanos convocam o ex-ministro Miguel Reale, acostumado a emitir pareceres pagos largamente em moeda ou afinidades ideológicas.

No caso da SBM, ao valorizar o depoimento do ex-diretor da multinacional, acusado de chantagear a empresa holandesa, a oposição apresenta a tese de que Dilma teria interferido no trabalho da CGU para evitar o avanço da investigação, enquanto a disputa pela reeleição corria a todo vapor. Sobre o relatório do TCU, o relator José Múcio afirmou haver crime de responsabilidade, sem citar a presidenta, e sim os integrantes da equipe econômica do governo passado.

Na prática, enquanto a oposição se esbalda em malabarismos teóricos, o PT esconde-se dos fatos para não agir de forma mais firme contra os seus. Como se deu com o ex-parlamentar André Vargas, preso na sexta 10, juntamente com os ex-deputados Luiz Argolo (Solidariedade) e Pedro Correa (PP), o PT age em relação a Vaccari com a mesma cautela que não lhe convém. O envolvimento do tesoureiro na Operação Lava Jato teria impacto menor, caso o afastamento tivesse sido escolhido como forma de aguardar o desenrolar da investigação. Não bastasse ser personagem frequente nos escândalos de corrupção petistas, Vaccari é alvo de nada menos que sete frentes de investigação instauradas pela força-tarefa. Se estivesse fora do partido desde sua primeira aparição nos inquéritos, ainda em novembro de 2014, na fase Juízo Final da operação, Vaccari não daria o argumento que levou o juiz Sergio Moro a decidir-se pela prisão. Acentuou o juiz que seu "poder e influência política" são ilustrados "pelo fato de não ter sido afastado até o momento".

A oposição reunida na esperança de não ser vencida

Rui Falcão, liderança tíbia

Mesmo após a prisão do tesoureiro, o partido continua a defendê-lo. O tardio afastamento está relacionado, como sustenta a nota oficial assinada pelo presidente Rui Falcão, a questões práticas e legais, não à vontade da cúpula partidária. Para os dirigentes petistas, a "prisão é injustificada e a verdade prevalecerá no final". O discurso é o mesmo entoado ao longo do julgamento do "mensalão" e repetido após as condenações na instância máxima do Judiciário. A tática corresponde à orientação de Falcão e seus apoiadores da corrente Construindo um Novo Brasil, a CNB, ou antigo "campo majoritário", e agregadas como o PT de Lutas e Massas e a Novos Rumos, esta última da qual Falcão é integrante. Mesmo correntes mais dispostas ao enfrentamento, como a Mensagem ao Partido, ensaiaram um pedido de expulsão, mas a ideia não prosperou.

EDILSON RODRIGUES, NILTON FUKUDA/ESTADÃO CONTEÚDO, LEANDRO COLON/FOLHAPRESS E TIAGO QUEIROZ/ESTADÃO CONTEÚDO

CCReportagemCapa846ok.indd 20 16/04/15 22:10

Investigado por corrupção, Agripino Maia, do DEM, é um cruzado do impeachment

A primeira linha investigatória contra Vaccari surgiu após a PF interceptar trocas de mensagens entre executivos da construtora OAS e o doleiro Alberto Youssef. Segundo a documentação, o executivo José Ricardo Nogueira Breghirolli solicitou a Youssef, em 3 de dezembro de 2013, a entrega de 244 mil reais na residência de Marice de Lima, cunhada do tesoureiro. Questionado, Youssef informou serem os valores parte da propina paga pelos desvios na Petrobras. Segundo o doleiro, além da OAS, a Toshiba teria sido responsável por outros pagamentos intermediados por ele e que teria como destinatária Marice. Outra suspeita que recai sobre o tesoureiro é a de que ele teria solicitado o pagamento de propina a empreiteiras em forma de doação legal de campanha. A tese, segundo o juiz Moro, encontra amparo no próprio depoimento de um dos doadores, o delator Augusto Mendonça. Ele confirma o repasse de 4,2 milhões de reais provenientes dos desvios na Petrobras ao partido. A tese foi corroborada por outro delator, o ex-dirigente da Camargo Corrêa Eduardo Leite. Segundo ele, em 2010, ano em que era tesoureiro da campanha de Dilma, Vaccari solicitou que cerca de 10 milhões de reais em pagamentos atrasados relacionados à propina fossem efetuados sob forma de doação oficial ao PT.

Reale Júnior, um jurista tucano sempre disponível

A quebra do sigilo da família Vaccari foi decisiva para a Lava Jato

Taylor, acusação inútil

Além das doações, Augusto Mendonça informou aos investigadores ter realizado repasses de 1,5 milhão de reais para Vaccari por meio da gráfica Atitude, ligada ao Sindicato dos Bancários de São Paulo. Outros dois delatores, Pedro Barusco e Paulo Roberto Costa, apontam o tesoureiro como nome do PT no esquema de desvio na estatal. Barusco chegou a apresentar suas planilhas com a lista de pagamentos efetuados e detalhou a participação de Vaccari nas negociações com a Sete Brasil para construção de sondas bilionárias no Brasil.

Foram, porém, as quebras de sigilo de Vaccari e de seus familiares que viabilizaram os pedidos de prisão. Além de mostrar uma evolução patrimonial acima dos valores arrecadados e declarados, a força-tarefa encontrou uma série de inconsistências nos dados. A primeira é uma transação envolvendo a esposa do tesoureiro. Giselda Lima recebeu 400 mil reais da CRA, empresa de fachada em nome do funcionário de Youssef e delator Carlos Alberto Pereira da Costa. Embora exista um contrato de empréstimo entre as partes, segundo Costa e o advogado do doleiro, a transação tinha como objetivo "esquentar" a propina relacionada à Petrobras.

A compra efetuada por Marice de um imóvel no Guarujá, em 2011, por 232 mil reais, também chamou atenção da força-tarefa. No ano seguinte à aquisição, ela declarou ter desistido do negócio e repassado o apartamento à OAS por 432 mil reais. Meses depois, a empreiteira vendeu o mesmo imóvel por valor abaixo daquele da compra. "Aparentemente, tal negócio serviu para ocultar e dissimular a origem ilícita dos recursos,

CCReportagemCapa846ok.indd 21 16/04/15 22:10

Como se deu nessas prisões, o PT porta-se pior que Pilatos

tratando-se de possível vantagem indevida paga pela OAS a Vaccari", diz o MPF. Vaccari, sua esposa Giselda e a cunhada Marice aparecem na quebra de sigilo da filha do tesoureiro. Segundo os investigadores, os dados bancários mostram que as reservas de Nayara saltaram de 400 mil reais, em dezembro de 2012, para 1 milhão no mesmo mês de 2014. A origem desses valores são doações de Vaccari, 131 mil reais; da mãe, 280 mil reais; e da tia Marice, 345 mil reais. O restante é oriundo de duas empresas do setor imobiliário.

CartaCapital procurou alguns juristas para debater a pertinência do pedido de *impeachment* contra Dilma e possível suspensão do registro do PT por conta do caso Vaccari, SBM Offshore e relatório do TCU. Para Celso Antônio Bandeira de Mello, professor de direito administrativo da PUC, não há base para o processo de *impeachment*. "Do ponto de vista jurídico, o pedido é um absurdo." Embora considere ser uma decisão mais política do que jurídica, Bandeira de Mello entende que o processo recai sobre uma questão técnica. "Cabe ao Judiciário se pronunciar sobre a eventual existência de crime de responsabilidade, e não ao Congresso." O jurista, crítico do julgamento do chamado "mensalão", tem batido de frente com Ives Gandra Martins, autor de um parecer encomendado por José Oliveira Costa, advogado do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, sobre a possibilidade jurídica da abertura de processo de *impeachment*, publicado no jornal *Folha de S.Paulo*. Para Ives Gandra, apesar de ainda não haver provas concretas contra a presidenta, ela pode ser julgada por crime de improbidade administrativa por omissão e negligência pela corrupção na Petrobras.

Em um terreno mais neutro, o advogado João Fernando Lopes de Carvalho, especialista em direito eleitoral, afirma que Dilma só pode ser julgada por irregularidades cometidas a partir do início do atual mandato. Mesmo se ficar comprovado o recebimento de recursos ilegais pela campanha petista em 2014 ou 2010, Carvalho entende tratar-se de uma questão relativa ao direito eleitoral. "Irregularidades como caixa 2, aplicação irregular de recursos e abuso de poder econômico podem levar à cassação do diploma, mas não são elementos para o pedido de *impeachment*". O jurista critica o tempo curto para se entrar com um processo de cassação, hoje definido em 15 dias após a diplomação do presidente. Sobre a tese de Martins, Carvalho entende que a eventual omissão ou negligência de Dilma também tem de se dar a partir do início de seu atual mandato.

> *"O pedido de* impeachment *é absurdo", afirma Bandeira de Mello*

Sobre o pedido do senador Caiado de cassação do registro do PT, Carvalho afirma que a Lei dos Partidos Políticos só prevê essa hipótese em casos extremamente graves, como o recebimento pela legenda de recursos de governos estrangeiros. "O PT tem de pagar por seus pecados. Mas acabar com a sigla seria uma medida autoritária." Embora os elementos jurídicos a favor do impedimento sejam inconsistentes, as seguidas trapalhadas de seu partido dificultam a vida da presidenta, duramente. Faltou ao PT, até agora, a coragem para fazer um mea-culpa. •

Colaborou José Antonio Lima e Miguel Martins

PAULO LISBOA/BRAZIL PHOTO PRESS/AG. O GLOBO

CCReportagemCapa846ok.indd 22 16/04/15 22:10